

APRESENTAÇÃO

Diante dos acelerados avanços da tecnologia digital e da Inteligência Artificial (IA), torna-se essencial refletir sobre o impacto profundo que essa revolução exerce na vida humana, tanto no âmbito individual quanto social.

Mais do que simples avanços técnicos, essas mudanças apontam para questões centrais, como a inteligência, a responsabilidade moral e a autonomia nas decisões – temas que, até recentemente, eram considerados atributos exclusivos dos seres humanos. Hoje, essas questões se encontram no cerne das discussões éticas e filosóficas sobre o futuro da humanidade em um mundo cada vez mais moldado pela inteligência artificial.

Este dossiê propõe uma análise ampla e profunda dessas questões, explorando as mudanças na relação entre humanos e máquinas à luz das avançadas técnicas de aprendizado de máquina. Com o progresso da IA, não se trata apenas de replicar habilidades humanas; em muitos casos, estamos presenciando a superação dessas capacidades, o que levanta novos questionamentos sobre os fundamentos cognitivos que sustentam nossa compreensão de inteligência e de moralidade. Assim, os cinco artigos reunidos aqui oferecem uma visão crítica sobre as implicações morais e sociais da implementação de formas de inteligência que pretendem rivalizar ou complementar a inteligência humana.

Vivemos em uma era na qual o mundo físico e o digital se entrelaçam de forma cada vez mais profunda. Nesse contexto, tanto as necessidades humanas quanto as demandas das máquinas estão sendo continuamente transformadas em dados digitais, processados e armazenados em tempo real. Essa digitalização omnipresente nos força a reconsiderar a natureza dos algoritmos que sustentam as infraestruturas tecnológicas modernas. Antes vistos como simples ferramentas, os algoritmos agora evoluem e aprendem, adquirindo uma autonomia que pode introduzir incertezas e imprevisibilidades na execução de tarefas cruciais. Isso é particularmente evidente em áreas que envolvem finanças e decisões judiciais, em que a falta de transparência nos processos algorítmicos pode gerar consequências inesperadas e, por vezes, injustas.

A questão ética em torno da inteligência artificial, portanto, não pode ser ignorada. À medida que sistemas semiautônomos assumem funções anteriormente reservadas aos seres humanos – como a tomada de decisões em situações complexas –, emerge a necessidade de criar parâmetros éticos. Perguntas como “Até que ponto podemos considerar uma máquina realmente autônoma?” e “Quem deve ser responsabilizado se uma máquina toma uma decisão prejudicial?” são exemplos de dilemas que exigem uma abordagem cuidadosa. Para responder a esses desafios, é crucial desenvolver um quadro valorativo robusto que harmonize os avanços tecnológicos com os princípios que sustentam uma sociedade democrática, incorporando valores fundamentais como dignidade humana, inclusão, tolerância e justiça.

Dessa forma, a inteligência artificial nos obriga a reavaliar constantemente como podemos equilibrar sua funcionalidade e sua utilidade com o uso ético e responsável. Desde a utilização de *chatbots* no atendimento ao cliente até a automação de processos críticos em setores como saúde e segurança, é imperativo que essas tecnologias sejam desenvolvidas e aplicadas com uma consciência ética sólida. O verdadeiro desafio reside em encontrar o equilíbrio entre inovação e responsabilidade, assegurando que a IA não apenas contribua para o bem comum, mas o faça de maneira que respeite e preserve os princípios fundamentais de nossa sociedade.

Eis, então, que o primeiro artigo, “Inteligência artificial sob a égide da ética”, da renomada pesquisadora Lucia Santaella, professora titular da PUC-SP, aborda as diferenças entre a Inteligência Artificial Preditiva e a Inteligência Artificial Generativa e como tais diferenças impactam no processo cognitivo, especialmente, na relação seres humanos/máquinas no campo ético-normativo.

A seguir, o texto de Marcus Repa, “Nós somos os robôs: as tecnologias de inteligência artificial no desenvolvimento de videogames”, oferece uma interessante leitura de uma das aplicações da Inteligência Artificial Generativa mais presentes na vida de milhões de seres humanos na nossa contemporaneidade: os videogames. A análise dos videogames permite ao autor se debruçar sobre as formas em que se dão as interações entre o trabalho humano e a aprendizagem de máquinas; interações, estas, que configuram um campo de conflitos, cooperação e experimentação tecnológica e social.

Já o artigo de Olga Christina de Oliveira Zunino, “Organizações em maturação: a mobilização de características heterárquicas e hierárquicas para chegar ao acordo”, apresenta os resultados de uma investigação centrada em entrevistas semiestruturadas com especialistas dedicados ao desenvolvimento de *chatbots* que trabalham em ambientes híbridos, nos quais se combinam estruturas hierárquicas tradicionais com outras próprias de organizações heterárquicas. Com sua estimulante pesquisa, a autora nos permite ir além das questões mais eminentemente técnicas, para nos aproximarmos das relações que se estabelecem entre ditos especialistas, as relações destes com os usuários e as dos humanos com as máquinas.

Na sequência, temos o artigo “Desafios presentes y futuros en la era del vértigo digital”, de Sérgio Oliveira dos Santos e Eugenia Trigo Aza, ambos integrantes do *Colectivo Motricidad Vital (CoMoVi)*. Nele, os autores oferecem uma análise do paradigma emergente, ligado ao surgimento da infoesfera e à implementação de invasivas formas de inteligência artificial. Formas de IA que nos desafiam na hora de enfrentarmos as consequências decorrentes das promessas não mantidas da modernidade relativas à construção de um mundo menos desigual e menos injusto.

E, por último, encerrando o dossiê, contamos com o texto “(Re)inventing de House of Justice: from courthouse buildings to the metaverse”, de Patrícia Branco, Paula Casaleiro e João Paulo Dias, pesquisadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. No artigo, os autores examinam o impacto da transformação digital na administração de justiça, levantando questões concernentes à importância da dimensão simbólica dos tribunais físicos. Fundamentalmente, o estudo leva em consideração as percepções dos profissionais da justiça sobre a adequação dos tribunais e a utilização de tecnologias digitais e do trabalho. Assim mesmo, analisa como estas impactam no futuro da justiça, numa reflexão sobre o trinômio cidadania, arquitetura e tecnologia na sua relação com o processo democrático. Fundamentalmente, o estudo leva em consideração as percepções dos profissionais da justiça sobre a adequação dos tribunais e a utilização de tecnologias digitais e do trabalho. Assim mesmo, analisa como estas impactam no futuro da justiça, numa reflexão sobre o trinômio cidadania, arquitetura e tecnologia na sua relação com o processo democrático.

Paulo Henrique Duque¹

Adamo Perrucci²

¹ Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Valença-RJ. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7100-0556>. E-mail: paulo.henrique.duque@ufrn.br.

² Doutor em Filosofia e História da Filosofia pela *Università degli Studi di Bari*. Mestre em Teologia pela *Pontificia Università Gregoriana*. Graduado em Filosofia pela *Università degli Studi di Bari*. Graduado em Teologia pela *Pontificia Facoltà Teologica dell'Italia Meridionale*. Atualmente é professor visitante sênior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <http://orcid.org/0000-0001-8485-7578> E-mail: adamo.perrucci@ufrn.br